

Mesmo sem acordo, BC

paga dívida no prazo

Brasília — O Banco Central continuará a depositar os juros e parcelas do principal da dívida externa apesar de a partir de hoje não haver um acordo formal com os bancos credores. As linhas de curto prazo, segundo fontes do BC, continuam funcionando normalmente e até o momento não houve qualquer sinal de fuga de recursos, o que significa que o telex enviado aos credores pelo presidente, Francisco Góes, solicitando uma prorrogação por até 60 dias, foi aceito pelos banqueiros.

Com o procedimento do BC, de depositar os juros e parcela do principal da dívida de médio prazo que venceram em 1986 e até 31 de março deste ano, o Brasil adota um procedimento semelhante ao de 1985, quando ocorreu uma prorrogação informal do acordo com a comunidade financeira internacional até que o país acertasse com os credores. Essa prorrogação durou cerca de um ano até o acerto de renegociação com os bancos.

Outro sinal de que está havendo boa vontade por parte da comunidade financeira internacional é a manutenção, por parte da maioria dos bancos estrangeiros, dos depósitos voluntários — recursos depositados pelos bancos em estabelecimentos brasileiros no exterior fora de qualquer acordo. Beneficiam-se dessas linhas de recursos, não só o Banco do

Brasil, como os bancos privados brasileiros com escritórios no exterior. Os custos desses recursos — segundo fontes do Banco Central — estão dentro dos parâmetros internacionais, isto é, os brasileiros não vêm pagando taxas acima da média praticada.

Na avaliação dos técnicos do Banco Central, há um sentimento nos bancos estrangeiros de que a manutenção das linhas de curto prazo são fundamentais para o país manter o ritmo de desenvolvimento e da atividade econômica, essenciais para honrar seus compromissos com os bancos credores.

Clube de Paris

O Brasil conseguiu fechar a renegociação da dívida com a França dentro do acordo do Clube de Paris. A dívida do Brasil com os organismos oficiais franceses é da ordem de 600 milhões de dólares. Segundo fontes do BC, foi obtido um acordo mais favorável — em termos de taxas de juros — do que o anterior. As dívidas vencidas em 1985, 1986 e primeiro semestre de 1987 foram reescalonadas para serem pagas em seis anos. Os franceses queriam que o governo brasileiro se responsabilizasse pelo risco cambial — isto é, que desse um aval a todas as importações brasileiras oriundas da França — mas acabaram concordando com os argumentos dos negociadores brasileiros.